

Produção de alimentos em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil

Food production in rural communities in Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brazil
Producción de alimentos en comunidades rurales de Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil

Recebido: 11/09/2020 | Revisado: 12/09/2020 | Aceito: 16/09/2020 | Publicado: 18/09/2020

Ana Caldeira de Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4223-4027>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: anacaldbarros@gmail.com

João Victor Leite Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7367-3826>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: joao.dias@ufvjm.edu.br

Herton Helder Rocha Pires

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6335-3810>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: herton.pires@ufvjm.edu.br

Resumo

O objetivo do estudo foi estudar a produção de alimentos nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, município de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Existiam nas comunidades 44 residências, sendo conduzidas entrevistas em 36 delas, por meio de questionário estruturado. Nessas casas residiam 120 pessoas, sendo 57 femininos e 63 masculinos. Dentre os entrevistados 26 mencionaram ter hábito de cultivar hortaliças/legumes em horta no peridomicílio, sendo principalmente para o autoconsumo. O cultivo de alimentos nos quintais, mas fora do espaço da horta, foi mencionado por 35 entrevistados. Também foram observadas plantações em “roças” situadas em áreas alagáveis nas várzeas do rio Jequitinhonha, sendo os principais alimentos cultivados o feijão, milho e arroz. Na colheita anterior ao estudo, em 2015, foi estimada uma produção de 67,14 toneladas de feijão, 10 toneladas de milho e 360 quilos de arroz. A produção de feijão tem como destino principal a comercialização, sendo que este produto sai da comunidade por meio de atravessadores. Para o cultivo e colheita dos

alimentos nas “roças” algumas famílias relataram a contratação de trabalhadores temporários. Dada a tradição de produção agrícola destas comunidades, e com a recente criação do Parque Nacional das Sempre Vivas, onde as áreas utilizadas pelos moradores das comunidades para residirem, realizarem suas plantações, criação de animais e extrativismos, ficaram localizadas dentro das áreas de amortecimento desta Unidade de Conservação, torna-se importante a manutenção de boas relações dos gestores da Unidade de Conservação com as lideranças das comunidades para que as práticas culturais e a biodiversidade sejam respeitadas por ambos.

Palavras-chave: Agricultura; População rural; Conservação do meio ambiente.

Abstract

The objective of the study was to investigate food production in the communities of Braúnas and Lagoa da Pedra, municipality of Diamantina, Minas Gerais, Brazil. There were 44 dwellings in the communities, 36 in which we conducted interviews through a structured questionnaire. 120 people lived in these houses, 57 of which were female and 63 male. Among the interviewees, 26 mentioned having the habit of growing vegetables in a vegetable garden in the home environment, mainly for self-consumption. The cultivation of food in backyards, but outside the garden space, was mentioned by 35 interviewees. Plantations were also observed in “swiddens” located in floodplain areas in the floodplains of the Jequitinhonha River, with beans, corn and rice being the main cultivated foods. In the harvest prior to the study, in 2015, a production of 67.14 tons of beans, 10 tons of corn and 360 kilos of rice was estimated. The production of beans has the commercialization as its main purpose, and this product leaves the community through middlemen. For the cultivation and harvesting of food in “roças”, some families reported hiring temporary workers. Given the tradition of agricultural production in these communities, and with the recent creation of the Parque Nacional das Sempre Vivas, where the areas used by the residents of the communities to live, carry out their plantations, animal husbandry and extractivism, were located within the buffer zones of this Conservation Unit, it is important to maintain good relations between Conservation Unit managers and community leaders so that cultural practices and biodiversity are respected by both parts.

Keywords: Agriculture; Rural settlements; Environmental protection.

Resumen

El objetivo del estudio fue analizar la producción de alimentos en las comunidades de Braúnas y Lagoa da Pedra, localizadas en Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Fueran

realizadas entrevistas en 36 de las 44 viviendas en las comunidades, utilizando un cuestionario estructurado. En estas casas vivían 120 personas, 57 de las cuales eran mujeres y 63 hombres. Entre los entrevistados, 26 mencionaron tener el hábito de cultivar hortalizas en el huerto de la casa, principalmente para el autoconsumo. El cultivo de alimentos en los patios traseros, pero fuera del espacio del jardín, fue mencionado por 35 entrevistados. También se observaron plantaciones en “rozas” ubicadas en áreas de llanuras aluviales del río Jequitinhonha, siendo frijoles, maíz y arroz los principales alimentos cultivados. En la cosecha previa al estudio, en 2015, se estimó una producción de 67,14 toneladas de frijol, 10 toneladas de maíz y 360 kilos de arroz. La producción de frijol tiene como principal destino la comercialización, hecha a través de intermediarios. Para el cultivo y recolección de alimentos en “rozas”, algunas de las familias informaron contratar trabajadores temporales. Dada la tradición de producción agrícola en estas comunidades, con la reciente creación del “Parque Nacional das Sempre Vivas”, el hecho de que las áreas utilizadas por los habitantes de las comunidades para sus plantaciones, ganadería y extractivismo se encuentren dentro de las zonas de amortiguamiento de esta Unidad de Conservación, hace con qué sea importante mantener buenas relaciones entre los administradores de la Unidad de Conservación y los líderes de las comunidades, para que las prácticas culturales y la biodiversidad sean respetadas por ambos.

Palabras clave: Agricultura; Población rural; Conservación del medio ambiente.

1. Introdução

O núcleo familiar desempenha papel fundamental na constituição da sociedade rural. Segundo Ribeiro et al. (2007) as famílias se reúnem em comunidades, se articulam em territórios estabelecendo um histórico de convívio, aprendizado e experimentação, formando acervo respeitável de conhecimentos sobre o meio.

A agricultura familiar é responsável por parte considerável do abastecimento interno brasileiro e de cada região em particular, compondo a dieta alimentar básica da população e oferecendo uma grande contrapartida à produção nacional (França, Del Grossi & Maquer, 2009).

Conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades em estabelecimentos cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, dirigidos pela própria família, desempenhem os trabalhos com mão-de-obra predominantemente familiar, e cuja renda deve, predominantemente, originar-se dessas

atividades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2006, 2011). Nesse modelo de agricultura, Schneider (2005) ressalta a importância da pluriatividade, visto que os membros da família se ocupam dessas diversas atividades de forma indistinta.

Segundo Ribeiro et al. (2007) a gestão compartilhada ou comunitária contribui para que as famílias atravessem intempéries com poucas perturbações, contando com suas redes comunitárias de solidariedade ou rendas monetárias vindas de bolsas, aposentadorias e emigrações sazonais que permitem diversificar e estabilizar sua reprodução. Já Paulino, Dias, Murta, Morais & Pires (2014) destacam a importância da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar e nutricional, colaborando com a autonomia e preservação dos hábitos alimentares das comunidades, além de contribuírem com a economia onde se encontram inseridas.

Em relação à produção agroalimentar do Alto Jequitinhonha, de acordo com Calixto, Ribeiro, Galizoni & Macedo (2009), “a mesma pode ser classificada como tradicional, ou seja, praticamente independente de insumos externos, pautada pela oferta local de recursos e profundamente relacionada aos aspectos geográficos”.

Para Ribeiro et al. (2007), a essência da prática agrícola da população rural está na relação intrincada com o ambiente que a circunda, sendo que seu vasto conhecimento dos recursos naturais locais orienta a tomada de decisão nas práticas de plantio e uso de recursos; organizados em sistemas de gestão comunitária. De acordo com esses autores, essa forma de organização:

[...] governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares, permitindo que, na região, o uso intenso do solo conviva com a maior cobertura percentual de vegetação nativa manejada de Minas Gerais. (Ribeiro et al., 2007, p. 6).

Ribeiro et al. (2005) e Calixto et al. (2009) mencionam que os agricultores familiares do Alto Jequitinhonha realizam extrativismo de frutos, plantas medicinais e matéria prima para artesanato, sendo principalmente comercializados nas feiras livres municipais. Para ambos os autores o extrativismo é um componente importante na região, pois é realizado durante todo o ano, complementa e varia a dieta e garante acesso aos bens de uso doméstico como madeiras, sabões, remédios, ornamentos e lenha, contribuindo com o sustento das famílias.

Diante desse contexto, o objetivo desse estudo foi descrever a produção de alimentos e o extrativismo por agricultores de duas comunidades rurais localizadas em um município do Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, no entorno de uma Unidade de Conservação.

2. Metodologia

Quanto à natureza o estudo teve caráter observacional e quanto à forma de abordagem teve caráter quantitativo descritivo (Fontelles, Simões, Farias & Fontelles, 2009; Pereira, Shitsuka, Parreira & Shitsuka, 2018), sendo desenvolvido nas comunidades rurais de Braúnas e Lagoa da Pedra, situadas à margem direita do rio Jequitinhonha, município de Diamantina.

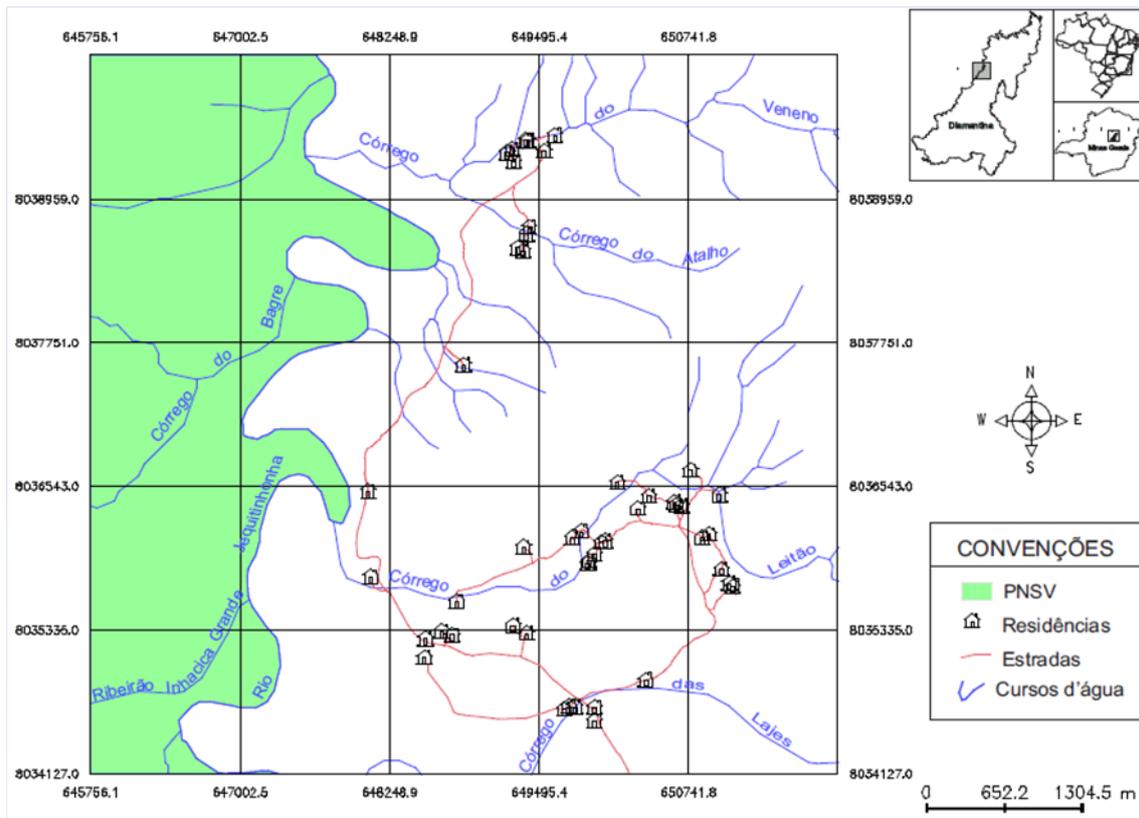
As comunidades estão localizadas a aproximadamente 100 km da sede de Diamantina e a 20 km do distrito de Senador Mourão, principal distrito urbano fora da sede do município e o mais populoso (Prefeitura Municipal de Diamantina, 2009). As comunidades estão localizadas na margem direita do rio Jequitinhonha, em área limítrofe ao Parque Nacional das Sempre Vivas (PARNA Sempre Vivas).

A área da pesquisa faz parte da mesorregião do Alto Jequitinhonha, nordeste do estado de Minas Gerais. Está em área de transição dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Segundo Galizoni (2002), parte da região é permeada por áreas planas, de altitude elevada, chamadas de chapadas. As famílias agricultoras consideram-nas inaptas para o plantio, devido sua baixa fertilidade e as usam para criação de gado e para extrativismo (lenha, madeira, plantas medicinais e frutos). Há ainda a presença de grotas, localizadas nas encostas e partes baixas, próximas a cursos d'água, estas consideradas pelas famílias como terras de alta fertilidade natural e abundância de recursos. Os campos são faixas de transição entre a chapada e as grotas, também inaptos para o cultivo, mas apresentando grande diversidade vegetal. A temperatura média anual é de 22,5°C e a pluviosidade está entre 1100 e 1200 mm, de acordo com a base de dados WorldClim (Hijmans, Cameron, Parra, Jones & Jarvis 2005).

Em Braúnas, no momento do estudo, existiam 34 casas, uma escola municipal, duas igrejas e dois bares sendo que um funcionando nas dependências de uma das casas. Em Lagoa da Pedra existiam 10 casas, distantes da comunidade de Braúnas cerca de 10 quilômetros. Na Figura 1 estão representadas as edificações das duas comunidades, suas estradas, os principais córregos e rios, e em verde áreas do PARNA das Sempre Vivas.

Das 38 casas habitadas de forma permanente nas comunidades, 36 foram pesquisadas, com concordância de um responsável em preencher um questionário estruturado com questões abertas e fechadas.

Figura 1. Mapa das comunidades Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores

Este estudo respeitou os aspectos éticos estabelecidos na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos. O mesmo foi submetido à Plataforma Brasil, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pelo parecer nº 1.325.986.

3. Resultados e Discussão

Nas 36 casas pesquisadas residiam 120 pessoas, sendo 57 do sexo feminino e 63 do sexo masculino. A faixa etária dos moradores variou entre seis meses a 76 anos sendo 50 crianças e/ou adolescentes (até 19 anos de idade), 59 adultos (entre 20 e 59 anos) e 11 idosos (60 anos de idade ou mais). Chama a atenção o fato de que o número de adultos na faixa etária produtiva é menor entre 20 e 39 anos, o que pode se dever aos movimentos migratórios destes em busca de condições de trabalho e estudo. Tal resultado está de acordo com a atual

realidade rural brasileira, determinada pelo envelhecimento do campo e o êxodo de jovens para os centros urbanos em busca de diferentes condições de vida (Garcia, 2014; Silva, 2014).

Segundo Carvalho et al. (2009) um dos fatores que contribui para a saída dos jovens rurais para os centros urbanos é a busca pela independência financeira por meio do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando trabalham na propriedade com seus pais.

Este fato é reforçado quando se observa grande quantidade de residências com poucas pessoas e grande número de pessoas morando sozinhas: em nove casas residiam uma pessoa, em quatro casas duas pessoas, em oito casas três pessoas, em oito casos quatro pessoas, em duas casas cinco pessoas, em duas casas seis pessoas, em uma casa sete pessoas, em uma casa oito pessoas e em uma casa 10 pessoas. Em média foi observado 3,3 moradores por domicílio.

Em Minas Gerais, a média de moradores por domicílios em aglomerados rurais ou povoados é de 3,4 de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2011). Contudo, Paulino et al. (2014) observaram uma média de 2,7 moradores por residência na população rural de Couto de Magalhães de Minas, também localizado no Alto Jequitinhonha, onde 16,4% desses moradores residiam sozinhos o que, segundo os autores, é explicado pelo êxodo rural em busca de trabalho pelos mais jovens.

Quanto ao maior grau de escolaridade foi observado que 21 (17,5%) pessoas nunca estudaram em escola formal. Já 74 moradores não completaram o ensino fundamental, dos quais 31 (25,8%) estavam com estudos em andamento. Para os demais níveis de escolaridade, 0,8% apresentou ensino fundamental completo, 5,0% ensino médio incompleto, 1,7% ensino médio em andamento e 3,3% ensino médio completo. As crianças fora da idade escolar corresponderam a 10,0%.

Nesse contexto, a taxa de analfabetismo nas comunidades estudadas foi mais alta se comparada aos valores nacionais, visto que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013 a taxa de não alfabetizados na zona rural para pessoas com 15 anos ou mais era de 15,9% (IBGE, 2014). Embora os dados para as comunidades não sejam restritos por faixa etária, ainda assim a taxa de analfabetismo supera a média rural nacional.

Em relação às questões ocupacionais e fontes de renda dos entrevistados, se destacou o trabalho rural autônomo (n = 34), a renda por aposentadoria (n = 9), por pensão (n = 9), trabalho do lar (n = 4), garimpo (n = 3) e dono de comércio (n = 2). Além desses, foram citados uma única vez: abertura de poço/cisterna, agente de saúde, diarista, serviço gerais, taxista e trabalhador rural/carteira assinada. Em relação aos subsídios provenientes de programas sociais do governo federal, foram observados que 13 participam do Bolsa Família

e um acesso o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse resultado confirma a atual vocação agrícola da comunidade, como referido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ministério do Meio Ambiente, [MMA] 2016).

Quanto aos aposentados e pensionistas, Ribeiro, Galizoni, Almeida & Pereira (2014) assinalam uma grande parcela destes no Vale do Jequitinhonha, cujos recursos, juntamente aos programas de transferência de renda e produção de autoconsumo são responsáveis por mudanças positivas na segurança alimentar, no bem-estar e no padrão de consumo das populações rurais, o que é endossado por Kreter & Bacha (2006) em estudo sobre a equidade previdenciária no meio rural brasileiro.

Conforme observado nas comunidades, somente um trabalhador mantinha relação trabalhista com carteira de trabalho. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), a porcentagem de trabalhadores não assalariados no meio rural brasileiro é de 68%, o que pode favorecer a fragilidade social dos mesmos, dificultando o seu acesso aos direitos que compõem o patrimônio social associado às relações de trabalho.

Para o deslocamento para fora da comunidade foi mencionado por 17 entrevistados o fretamento de automóveis, por 11 a utilização de automóveis ou motocicletas próprias. Como não existe transporte público nas comunidades, pode haver dificuldade no acesso aos serviços públicos oferecidos no distrito de Senador Mourão, como aos serviços de saúde. Nesse âmbito, Viegas, Carmo & Luz (2015) em estudo sobre fatores que influenciam o acesso ao serviço de saúde em município da região metropolitana de Belo Horizonte apontaram a distância da residência do usuário à unidade de saúde, a deficiência do transporte público e impossibilidade do pagamento de passagem de ônibus, como alguns dos fatores dificultadores do acesso à saúde.

Sobre a organização política da comunidade, 24 entrevistados mencionaram participar como associados à Associação dos Produtores Rurais de Braúnas, e dois mencionaram também participarem de outras organizações, um como associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina e outro como membro do Conselho Consultivo do PARNA Sempre Vivas. O engajamento nas associações, segundo Mattosinho, Freire & Carvalho (2010), é importante como instrumento para o alcance de objetivos mútuos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cidadania e do poder de reivindicação pelas populações rurais.

Dentre as 36 famílias entrevistadas, 33 mencionaram ser o domicílio particular próprio, sendo que desses 16 disseram que não possuem nenhum tipo de registro do imóvel,

10 citaram ter documento chamado de “registro de posse”¹, quatro citaram que têm registro do imóvel em cartório, dois citaram que têm contrato de compra e venda e um citou que sua residência está no mesmo terreno pertencente aos seus pais. Três entrevistados relataram outros vínculos com os domicílios: dois o usam como emprestado e um reside como trabalhador na propriedade.

O censo agropecuário 2006 apresentou que 74,7% dos estabelecimentos familiares acessam suas terras na condição de proprietários e 170 mil (0,004%) agricultores acessam as terras como “assentados em titulação definitiva” (França, Del Grossi & Marques, 2009). Em Minas Gerais, a porcentagem desta última categoria é de 1,8% (IBGE, 2006). Nas comunidades estudadas, praticamente a metade dos entrevistados que mencionaram a posse do domicílio ainda não possuem documentação comprobatória, um valor bem acima do estadual e nacional. Esse fato mostra a precariedade da regularização fundiária local, considerando que esta propicia uma série de benefícios aos agricultores familiares, como a segurança jurídica sobre a posse e domínio da terra, o acesso facilitado ao crédito rural e ao seguro rural (Melo & Medeiros, 2014).

Na Tabela 1 são apresentadas as características das estruturais dos 36 domicílios pesquisados. Quanto à estrutura, o tipo de cobertura predominante foi a telha de barro, o piso mais comum foi o de cimento e o tipo de parede foi majoritariamente o adobe. Foram observadas casas com um a 12 cômodos e até seis quartos. Em 31 casas havia banheiros sendo os dejetos lançados em fossas rudimentares. A água era proveniente de poços ou nascentes em 29 casas sendo ela captada diretamente de córregos próximos à residência para seis dessas. Para 28 casas a água era canalizada até o interior, para seis até o peridomicílio e em duas casas não há canalização de água. Em 33 casas a iluminação era proveniente de rede pública, sendo que 23 apresentam padrão de uso único.

Além da água captada diretamente de cursos d’água foi observado que 13 casas apresentam captação de água pluvial. A captação de água é realizada por canalização do telhado a uma cisterna de capacidade de 16.000 litros, doada pelo programa “Água para Todos” do Governo Federal, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).

O uso de adobe para a construção de paredes nas casas da maioria dos entrevistados pode estar associado ao domínio da tecnologia na comunidade, a disponibilidade de matéria prima adequada e à dificuldade de acesso ao tijolo industrializado, devido aos custos tanto de

¹ Comprovante de que o processo de registro do imóvel está em andamento.

transporte como da compra do material. Nesse âmbito, Corrêa, Teixeira, Lopes & Oliveira (2006) observam que a utilização do adobe é uma importante opção em edificações de baixo custo, além de propiciar ótimo conforto térmico e não consumir energia elétrica para sua fabricação.

Apesar das folhas de pindoba² serem utilizadas culturalmente na cobertura das construções na região, sua utilização fica mais restrita aos anexos no peridomicílio que são utilizados para o armazenamento, processamento e proteção dos animais. O baixo número de casas com cobertura de palha pode estar relacionado ao processo de expansão de energia elétrica referente ao programa “Luz para todos”, lançado em 2003 pelo Governo Federal (Companhia Energética de Minas Gerais [CEMIG], 2016). Segundo os moradores, o programa não contemplava casas com este tipo de cobertura.

Tabela 1. Características estruturais de domicílios nas comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n=36).

Variáveis	Número	%	Variáveis	Número	%
	de casas			de casas	
Tipo de parede			Número de quartos		
Adobe	21	58,3	Um	7	19,4
alvenaria (alv.)	7	19,4	Dois	7	19,4
pau-a-pique	3	8,3	Três	6	16,7
alv. e adobe	2	5,6	Quatro	14	38,9
bloco de cimento	1	2,8	Cinco	1	2,8
alv. e madeira aparelhada	1	2,8	Seis	1	2,8
adobe e pau-a-pique	1	2,8			
			Banheiro		
Piso			intradomicílio	23	63,9
Cimento	21	58,3	peridomicílio	8	22,2
Terra	7	19,4	inexistente	5	13,9
cerâmica e cimento	4	11,1			

² Palmeira abundantemente presente nas localidades estudadas.

Cerâmica	3	8,3	Destino dos dejetos		
cimento e ardósia	1	2,8	fossas rudimentares	32	88,9
			diretamente peridomicílio	4	11,1
Material de cobertura			Origem da água		
telha de barro	26	72,2	poço ou nascente	29	80,6
telha de amianto	5	13,9	córrego do Leitão	5	13,9
Palha	4	11,1	córrego do Atalho	1	2,8
telha de barro, telha de zinco e amianto	1	2,8			
Número de cômodos			Canalização de água		
Um	1	2,8	dentro de casa	28	77,8
Dois	3	8,3	fora de casa	6	16,7
Três	1	2,8	não canalizada	2	5,6
Quatro	5	13,9			
Cinco	5	13,9	Iluminação artificial		
Seis	3	8,3	rede pública	33	91,7
Oito	6	16,7	candeeiro/lamparina	2	5,6
Nove	4	11,1	lanterna	1	2,8
Dez	2	5,6			
Onze	1	2,8	Padrão de energia		
Doze	1	2,8	exclusivo	23	63,9
			compartilhado (2 casas)	10	27,8
			não se aplica	3	8,3

Fonte: Dados da pesquisa.

A média de morador por dormitório foi de 1,9, a média de cômodos por residência de 6,3 e o número de cômodos por morador foi de 1,9. Observou-se que no máximo quatro pessoas partilham o mesmo dormitório, sendo que moradores de 17 residências relataram utilizar apenas um cômodo para dormir, de sete residências relataram utilizar dois cômodos,

de outras sete relataram utilizar três cômodos, de quatro residências relataram utilizar quatro cômodos e em uma residência foi relatada a utilização de seis cômodos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2013, 31,9% dos domicílios rurais brasileiros acessavam o sistema de rede geral de abastecimento de água e 25,2% não possuíam água canalizada internamente nos domicílios (IBGE, 2014). Nas comunidades estudadas, apesar de 100% das residências serem abastecidas com água coletada na própria comunidade, preocupa o fato de que ainda há casas sem água encanada ou que a canalização não chega ao interior das casas. De acordo com Razzolini & Günther (2008), a utilização da água não canalizada pode contribuir para sua contaminação, sendo que a quantidade e a qualidade de água disponível influenciam as práticas de higiene pessoal, domiciliar e preparo de alimentos, resultando no controle e prevenção de doenças, aumento da expectativa de vida e produtividade econômica.

Os dados levantados em Braúnas e Lagoa da Pedra mostram que há banheiros em 86,1% das residências, contudo não há tratamento de esgoto nas comunidades e a maioria das casas utiliza fossa rudimentar. Tal observação assemelha-se à atual situação nacional em que 87,4% dos domicílios rurais possuem ao menos um banheiro ou sanitário (IBGE, 2014). Quanto ao esgotamento, Costa & Gulhoto (2014) relatam que 75% da população rural brasileira não tem acesso ao tratamento ou coleta de esgoto, sendo que 48% desse total utiliza fossa rudimentar como o destino mais comum de dejetos. Segundo os autores este método não é considerado adequado para a coleta de esgoto, pois não evita a contaminação de águas superficiais ou subterrâneas, levando a agravos à saúde com altas taxas de mortalidade, principalmente por doenças feco-orais.

Foi observado que o lixo de 32 casas é queimado no próprio peridomicílio, de duas casas é enterrado, de uma é queimado e parte utilizado como adubo e uma casa o lixo é queimado ou enterrado o que, segundo Coutinho et al. (2011) são alternativas à carência de serviço de coleta de lixo observada em cerca de 80% da população rural no Brasil.

Dentre os entrevistados 26 mencionaram que têm o hábito de cultivar hortaliças/legumes em hortas no peridomicílio de suas residências, sendo que todos afirmaram que a produção das hortas é para consumo próprio da família, e apenas um disse que o excedente é doado a outras famílias da comunidade. Foram citadas 37 variedades de hortaliças/legumes, sendo a alface, a cenoura, a beterraba e a couve as mais mencionadas (Tabela 2).

Tabela 2. Alimentos cultivados nas hortas das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 26).

Hortaliças/legumes	Citações	Hortaliças/legumes	Citações
Alface	23	Brócolis	3
Cenoura	23	Maxixe	3
Beterraba	22	Pimenta	3
Couve	22	Abóbora	2
Alho	17	Espinafre	2
Tomate	14	Ora-pro-nobis	2
Cebolinha	11	Taioba	2
Cebola/ Cebola de cabeça	11	Vagem	2
Salsa/Salsinha	11	Abóbora d'água	1
Repolho	9	Alho poró	1
Almeirão	8	Berinjela	1
Mostarda	7	Caxi	1
Pimentão	7	Chicória	1
Quiabo	5	Chuchu	1
Cebola de folha	4	Inhame	1
Coentro	4	Pepino	1
Jiló	4	Verdura	1
Abobrinha	3		

Fonte: Dados da pesquisa.

Para adubação das hortaliças/legumes foi citado o uso de esterco de boi (25 citações), de esterco de galinha (três citações), de esterco de cavalo (duas citações), adubo químico (duas citações) e restos de alimentos (uma citação). Para o manejo das hortas houve uma citação de uso de inseticida para controle de pragas.

Além das hortas, o cultivo de alimentos outros espaços peridomiciliares (quintais) foi mencionado por 35 pessoas, totalizando 67 tipos de vegetais, sendo os mais citados mandioca, laranjeira, bananeira, milho, cana e mangueira (Tabela 3), utilizados essencialmente para consumo próprio das famílias.

Tabela 3. Plantas cultivadas nos peridomicílios, fora do espaço da horta, das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra, Diamantina, Minas Gerais, 2016 (n = 35).

Vegetais	Citações	Vegetais	Citações	Vegetais	Citações
Mandioca	24	Melancia	5	Cará – moela	1
Laranjeira	23	Abacate	4	Carambola	1
Bananeira	19	Ameixa	4	Cebola	1
Milho	18	Arroz	4	Cereja	1
Cana	16	Lima	4	Coco	1
Mangueira	16	Pitanga	4	Fava	1
Limão	14	Jambolão	3	Fava branca	1
Mamão	12	Maxixe	3	Feijão de corda	1
Abóbora	10	Pimenta	3	Flores	1
Acerola	10	Romã	3	Gengibre	1
Abacaxi	9	Amendoim	2	Graviola	1
Goiaba	9	Caxi	2	Jambo	1
Café	8	Chuchu	2	Jenipapo	1
Quiabo	8	Cidra	2	Jiló	1
Maracujá	7	Fruta do conde	2	Jurubeba	1
Uva	7	Lichia	2	Maçã	1
Caju	6	Açaí	1	Mexerica	1
Feijão	6	Algodão	1	Pimentão	1
Jaboticaba	6	Almeirão	1	Pocan	1
Urucum	6	Berinjela	1	Ruibarbo	1
Amora	5	Canela	1	Saião	1
Andú	5	Capim cidreira	1	Tamarindo	1
Batata doce	5				

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa predominante destinação da produção das hortas e quintais para o autoconsumo é característica de comunidades rurais do Alto Vale do Jequitinhonha (Ribeiro et al. 2007; Paulino et al., 2014). Sobre os quintais rurais, Vieira & Lee (2009) ressaltam que é fundamental a valorização desses espaços, por garantirem a segurança e qualidade alimentar, além de permitirem a conservação da agrobiodiversidade e dos aspectos culturais da agricultura familiar.

Entre os produtos que são processados na própria propriedade as quitandas (bolos, pães e biscoitos) foram mencionadas oito vezes, seguidos da farinha de mandioca mencionada sete vezes, pelo queijo/requeijão mencionados cinco vezes, pelo doce de leite mencionado três vezes e por fim, pelo doce de frutas e pela garapa mencionados cada um uma única vez. Dos produtos processados foi verificada a comercialização de queijo (60 unidades por mês); de doce de leite (60 quilos por mês) e de farinha de mandioca (860 litros da última colheita), o

que Paulino et al. (2014) assinalam como uma importante complementação à renda para as comunidades rurais.

A criação de animais de produção e/ou de estimação foi relatada por 34 entrevistados, sendo mencionados 11 tipos de animais. As galinhas foram os mais abundantes, sendo criadas em 22 residências em um total de 697 cabeças. Já os cães foram os animais mais representativos entre as casas, estando presentes em 24 delas (69 animais). Outros animais mencionados foram: gatos (n = 16, em 11 casas), bovinos (n = 107, em nove casas), equinos (n = 22, em sete casas), patos (n = 40, em cinco casas), porcos (n = 10, em três casas), Galinha d'angola/Cocá (n = 6, em duas casas), perus (n = 2, em uma casa) e codornas (n = 2, em uma casa). Os entrevistados relataram que a criação de animais é para consumo próprio da família, sendo que cinco mencionaram também que a produção pode ser destinada à venda. Desses, quatro relataram a venda de galinhas, dois a de boi, uma pessoa relatou a venda de porcos e uma a de equinos. Foi mencionada, ainda, a venda de ovos por dois entrevistados e a venda de carne bovina por um.

Nesse sentido, Paulino et al. (2014), estudando os produtores rurais de Couto de Magalhães de Minas, município do Alto Vale do Jequitinhonha, verificaram a ocorrência de galinhas em 90,2%, bovinos em 55,7% e suínos em 26,2% das propriedades, apontando para uma maior contribuição das criação de animais na produção em relação ao observado em Braúnas e Lagoa da Pedra, onde os percentuais foram de 61,1%, 25,0% e 8,3%, respectivamente. Essa diferença que pode estar relacionada à ocupação de amplos espaços abertos e de uso coletivos para as plantações nessas comunidades, onde a presença de animais levaria a prejuízos, segundo mencionado por entrevistados durante a coleta de dados.

Dentre os entrevistados, 26 mencionaram possuir roça³, sendo que quatro relataram que a roça fica a menos de um quilômetro de distância de suas casas, 14 relataram que a distância da roça até a casa é de dois quilômetros, quatro disseram que a roça fica a três quilômetros de suas casas, um que fica a cinco quilômetros, um que fica a oito quilômetros e dois que ficam a nove quilômetros.

Os entrevistados relataram plantar feijão, milho e arroz em suas roças. A produção de feijão da última colheita, em 2015, foi estimada em 67,14 toneladas principalmente da variedade feijão carioca/carioquinha, a de milho foi de 10 toneladas e a de arroz 360 quilos.

³ Roça ou roçado da comunidade Braúnas/Lagoa da Pedra: espaço de produção na margem do Rio Jequitinhonha ou próximo às lagoas formadas pelas enchentes anuais do Rio. Essa região é chamada localmente de "vargem", "baixa" ou "margem". A principal produção nesses locais é a de feijão.

Além do feijão carioca foi relatado o cultivo do feijão roxinho, do preto, o bico de ouro e o rosinha. A produção de feijão, deferentemente das demais culturas da comunidade, tem como destino principal a comercialização, sendo vendida para atravessadores de Bocaiúva, município vizinho à localidade. Isso pode se dever ao fato que, segundo todos os entrevistados, não há incentivo municipal para comercialização da produção.

Para os trabalhos de cultivo e colheita dos alimentos nas roças foi relatado pelos entrevistados o envolvimento de número variado de pessoas: uma pessoa (11 famílias), duas pessoas (nove famílias), três pessoas (três famílias) e quatro pessoas (quatro famílias). Por outro lado, foi relatada a contratação de serviços no período de plantação e colheita dos alimentos por 26 famílias, sendo que cinco famílias contratam duas pessoas, duas famílias contratam três pessoas, três famílias contratam quatro pessoas, duas famílias contratam cinco pessoas, cinco famílias contratam seis pessoas, uma famílias contrata 10 pessoas e uma família contrata 20 pessoas. No total o cultivo e coleta dos alimentos geram 118 empregos temporários na comunidade.

O feijão é um cultivar cuja produção nacional deve-se em 70% à agricultura familiar (IBGE, 2006). Nas comunidades estudadas essa cultura se destaca tanto no volume de produção como por fugir à característica local de outras culturas em empregar a mão de obra unicamente familiar, existindo maior número de pessoas contratadas para o plantio e colheita.

Quanto ao manejo nas plantações foi mencionada a utilização de herbicidas para o controle de ervas daninhas (13 citações) e inseticidas para o controle de pragas (cinco citações). Como abordado por Vieira & Lee (2009), o uso de substâncias agrotóxicas quase não é realizado nos quintais rurais, pois a produção é destinada primeiramente para o consumo das próprias famílias. Apesar da pouca utilização de herbicidas e inseticidas nas produções do autoconsumo, as populações de Braúnas e Lagoa de Pedra podem estar em risco por exposição aos agrotóxicos utilizados para o manejo da cultura de suas roças, sobretudo o feijão, e estar eventualmente sofrendo agravos diretamente relacionados a essa situação.

Quando questionados sobre a relação de uso de materiais da natureza (extrativismo), todos os entrevistados disseram que utilizam lenha ou madeira, 34 disseram que comem frutas do mato, 27 citaram que usam argila/barro em suas casas, 18 citaram a utilização de areia (construção), 17 disseram que pescam e usam pedras (construção) e uma pessoa citou o uso de sementes. Em relação às frutas do mato consumidas, o pequi (32) foi o mais citado, seguido de panã (31), mangaba (28), gabioba (15), jatobá/jatobá da mata virgem (11), jabuticaba do mato (9), cagaita/cagaiteira (9), araçá (5), bacupari (4), rufão (4). O murici, o

mandapuçá, o coco catulé/pindoba e o espicha mutambo/estica mulambo foram citados duas vezes e o cajuzinho do mato, o grão de galo, o maracujá do mato e o marmelo uma única vez.

Em relação ao uso de recursos naturais pelas comunidades estudadas, é importante contextualizar sua localização e relações com o PARNA das Sempre Vivas. Esta Unidade de Conservação foi criada em 2002 e abrange os municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, Minas Gerais e tem aproximadamente 104.000 hectares (Brasil, 2002).

As comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra estão na zona de amortecimento do PARNA das Sempre Vivas. O Plano de Manejo da Unidade de Conservação traz informações sobre o histórico das comunidades e sugere sua categorização em comunidade tradicional “vazanteira”, por plantarem nas áreas de várzea e pela pesca em lagoas temporárias. A zona de amortecimento do PARNA das Sempre Vivas é de três quilômetros e de acordo com o Plano de Manejo as normas serão ainda estabelecidas, pela equipe de trabalho da Unidade de Conservação e as localidades envolvidas (MMA, 2016).

Segundo Monteiro & Fávero (2011), a implantação do PARNA das Sempre Vivas não seguiu exigências legais de consulta pública especificadas no SNUC. Para os autores, os sujeitos daquele território que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência não foram respeitados. Em 2010, o grupo GESTA/UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) identificou o conflito entre o PARNA e as comunidades de seu entorno, causado pela proibição da coleta das flores sempre-vivas e de ações produtivas rurais realizadas por pequenos agricultores e pela fiscalização impositiva dos servidores do ICMBio entre os anos de 2001 e 2010. O conflito foi denominado de “Movimento dos atingidos pelo PARNA das Sempre Vivas”. Em 2010, foi criada a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX) cuja primeira ação foi solicitar audiência pública ao Ministério Público Federal (MPF) para que fossem apresentadas, pelos moradores, as denúncias de abuso ocorridas no período (Universidade Federal de Minas Gerais, 2012).

O Plano de Manejo da Unidade de Conservação não aponta nenhum conflito específico com as comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra (MMA, 2016). No entanto, é relatado neste documento que o acesso para a pesca em rio dentro do PARNA das Sempre Vivas ocorre pela comunidade de Braúnas, sendo essa atividade incompatível com a categoria da unidade. Neste aspecto, esse acesso pode favorecer o fluxo de pessoas não só da comunidade, mas de visitantes não informados sobre as restrições de uso da Unidade de Conservação.

4. Considerações Finais

Em acordo com a realidade brasileira as comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra passam por um processo de êxodo da população jovem e envelhecimento de seus moradores. Torna-se preocupante o fato de metade dos moradores não possuírem documentação comprobatória dos imóveis. As comunidades se caracterizam pelo perfil agrário, com cultivos em espaços no peridomicílios e em “roças” situadas em áreas alagáveis nas margens do rio Jequitinhonha, tendo como principal finalidade o autoconsumo. Contudo, a plantação e venda de feijão assume um papel importante como fonte de renda. O plantio em áreas alagáveis, nas várzeas do Rio Jequitinhonha e lagoas temporárias, pode apontar uma característica das comunidades como populações tradicionais “vazanteiras”.

Além da agricultura, o extrativismo constitui importância para a manutenção familiar das comunidades de Braúnas e Lagoa da Pedra. Com a criação do PARNA das Sempre Vivas, grande parte das áreas utilizadas pelos moradores ficou sobreposta à área de amortecimento desta Unidade de Conservação. Isto posto, torna-se importante a manutenção de boas relações dos gestores da Unidade de Conservação com as lideranças das comunidades, assim como dos moradores das comunidades com os ambientes conservados, para que as práticas culturais e a biodiversidade sejam respeitadas por ambos.

Trabalhos futuros que envolvam os gestores e funcionários do PARNA das Sempre Vivas e moradores das comunidades, principalmente que envolvam a extensão universitária, podem contribuir para melhores relações e o equilíbrio de viver, cultivar e explorar o ambiente e, ao mesmo tempo, garantir a conservação da biodiversidade.

Referências

Brasil. Decreto de 13 de novembro de 2002. Cria o Parque Nacional das Sempre-Vivas, nos Municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

Calixto, J. S., Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., & Macedo, R. L. G. (2009). Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no Alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 47(2), 519-538. doi: 10.1590/S0103-20032009000200009

Carvalho, D. M., Santos, A. B., Júnior, J. P. S., & Ferrer, M. T. (2009, julho) *Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade*. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, Brasil.

Companhia Energética de Minas Gerais – Homepage. Recuperado de www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossosprogramas/sociais/Paginas/luz_para_todos.aspx.

Corrêa, A. A. R., Teixeira, V. H., Lopes, S. P., & Oliveira, M. S. de. (2006). Avaliação das propriedades físicas e mecânicas do adobe (tijolo de terra crua). *Ciência e Agrotecnologia*, 30(3), 503-515. doi: 10.1590/S1413-70542006000300017

Costa, C. C., & Guilhoto, J. J. M. (2014). Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, 19(SPE), 51-60. doi: 10.1590/S1413-41522014019010000171

Coutinho, C. R., Andrade, J. A., Mendes, M. R., Mendes, H. T. A., Souza, A. A., & Cunha, L. M. V. da. (2011). Lixo residencial rural: educação ambiental nas comunidades rurais de Agreste e Ressaca no município de Verdelândia – norte de Minas Gerais. *Cadernos de Agroecologia*, 6(2), 1-5.

França, C. G., Del Grossi, M. E., & Marques, V. P. A. (2009). *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 96 p. Recuperado de <http://mineiropt.com.br/arquivosestudo/arq4b10179787f8b.pdf>.

Fontelles, M. J., Simões M. G., Farias, S. H., & Fontelles R. G. S. (2009) Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina* 23(3).

Galizoni, F. M. (2002). Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 40(3), 561-580. doi: 10.1590/S0103-20032002000300003

Garcia, J. R. (2014). Trabalho rural: Tendências em face das transformações em curso. In: Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. da, Navarro, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa. 1182 p.

Hijmans, J. R., Cameron, S. E., Parra, J. L., Jones, P. G., & Jarvis, A. (2005). Very high resolution interpolated climate surfaces for global land areas. *International Journal of Climatology*, 25(15), 1965–1978. doi: 10.1002/joc.1276

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 267 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 261 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 33, 133 p.

Kreter, A. C., & Bacha, C. J. C. (2006). Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 44(3), 467-502. doi: 10.1590/S0103-20032006000300006

Mattosinho, C. M. S., Freire, P. P., & Carvalho, M, C. V. (2010, julho). O empreendedorismo no âmbito das associações rurais. [apresentação de trabalho]. In: 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, Brasil.

Melo D. N., & Medeiros, M. (2014, setembro). Caracterização do perfil socioeconômico de agricultores familiares no Território do Meio Oeste Contestado – SC [apresentação de trabalho]. In: 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento/ XIV Simpósio de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Anais eletrônicos. Florianópolis: 2º SNPD/XIV SINGEO. PDF. Recuperado de <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2014/763.pdf>.

Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. (2016). *Plano de Manejo Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Brasília, janeiro de 2016.

Monteiro, F. T., & Fávero (2011). A luta dos (as) apanhadores (as) de flores sempre-vivas frente à exploração territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza. *Agriculturas*, 8(4), 33-37.

Paulino, É. J., Dias, J. V. L., Murta, N. M. G., Moraes, H. A., & Pires, H. H. R. (2014). A Agricultura Familiar em um município do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Desenvolvimento Social*, 13(3), 5-20.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Prefeitura Municipal de Diamantina. *Plano Diretor Participativo: revisão 2008: 2009* v. 1.

Razzolini, M. T. P., & Günther, W. M. R. (2008). Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água. *Saúde e Sociedade*, 17(1), 21-32. doi: 10.1590/S0104-12902008000100003

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Calixto, J. S., Assis, T. P., Ayres, E. B., & Silvestre, L. H. (2005). Gestão, Uso e Conservação de Recursos Naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, 7(2), 77-99. doi: 10.22296/2317-1529.2005v7n2p77

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Silvestre, L. H., Calixto, J. S., Assis, T. P., & Ayres, E. B. (2007). Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(4), 1075-1102. doi: 10.22004/ag.econ.61929

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Almeida, A. F., & Pereira, V. G. (2014). Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro.

Revista de Economia e Sociologia Rural, 52(2), 365-386. doi: 10.1590/S0103-20032014000200009

Schneider, S. (2005). A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: Botelho Filho, F.B. (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate*. 23-42. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados.

Silva, D. C. (2014) *Análise de conteúdo do discurso de criadores do cavalo curraleiro no estado de Goiás*. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Ciência Animal, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

Universidade Federal de Minas Gerais. *Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Movimento dos atingidos pelo Parque Nacional das Sempre Vivas*. Ficha Técnica. Recuperado de <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=259>.

Vieira, F. R., & Lee, F. (2009, julho). *Valoração dos Quintais Rurais dos Agricultores Familiares de Itapuranga-GO*. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, Brasil.

Viegas, A. P. B., Carmo, R. F., & Da Luz, Z. M. P. (2015). Fatores que influenciam o acesso aos serviços de saúde na visão de profissionais e usuários de uma unidade básica de referência. *Saúde e Sociedade*, 24(1), 100-112. doi: 10.1590/S0104-12902015000100008.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ana Caleira de Barros - 40%

João Victor Leite Dias - 30%

Herton Helder Rocha Pires - 30%